

APONTAMENTOS SOBRE A RELAÇÃO DO HOMEM COM A MORTE NO CONTEMPORÂNEO

NOTES ON THE RELATIONSHIP OF MAN TO DEATH IN CONTEMPORARY

¹LIMA, L. O. C.; ²CORREA, M. R.

^{1e2}Curso de Psicologia – Faculdades Integradas de Ourinhos-FIO/FEMM

RESUMO

Mesmo fazendo parte do cotidiano da vida das pessoas, a morte é vista como tabu, um evento assustador cercado por mistérios que geram dificuldades para sua aceitação e enfrentamento. A proposta do presente trabalho é analisar a relação do homem com a morte e seus desdobramentos na subjetividade contemporânea. Em outros tempos, como na Idade Média, mesmo temida, a morte estava mais próxima do homem, como nas práticas de velamento do corpo no âmbito caseiro. Aos poucos, ela foi sendo afastada, tanto pela maior longevidade como pelas tecnologias e pelo mercado da morte que foram interpondo mediadores na sua relação com o sujeito. O avanço da medicina, o desenvolvimento dos hospitais, os necrotérios, as funerárias e até os cemitérios possibilitaram o ofuscamento da morte e seu distanciamento do homem. Este trabalho precede de pesquisas bibliográficas, numa perspectiva da Psicologia Social. Com a morte distante, vemos ela se converter em uma representação externa ao eu, não mais como parte constitutiva da existência e da subjetividade humana. Assim, conclui-se que a morte perde seu caráter trágico, se desprende da experiência concreta, se banaliza e é afugentada. No entanto, longe de atentar contra o sujeito, a morte fortalece o homem e o potencializa, fazendo-o produzir vida, produzir subjetividade.

Palavras-chave: morte; subjetividade; contemporaneidade.

ABSTRACT

Same part of the everyday life of people, death is seen as taboo, a frightening event surrounded by mysteries that lead to difficulties for acceptance and coping. The purpose of this study is to analyze the relationship of man with death and its aftermath in contemporary subjectivity. At other times, as in the Middle Ages, even feared, death was closer to the man, as in the practice of veiling the body in the home range. Gradually, she was being removed, either by greater longevity as technologies and market-death mediators that have been interposed in relation to the subject. The advancement of medicine, the development of hospitals, funeral homes and cemeteries possible blurring of death and their distance from the man. This work precedes bibliographical research perspective of social psychology. With the death of distance, we see her become an external representation of the self, not as a constitutive part of human existence and subjectivity. Thus, it follows that it loses its tragic, is detached from actual experience, it trivializes and is chased. However, far from undermining the subject's death strengthens and enhances the man, causing him to produce life, to produce subjectivity.

Keywords: death, subjectivity, contemporary.

INTRODUÇÃO

De acordo com Kovács (1992), assim como a vida, a morte faz parte do processo do desenvolvimento humano e está presente em nosso cotidiano. Apesar de ser o destino de todos os seres humanos, por ser um fenômeno biológico natural,

a morte pode adquirir diferentes significações, pois ela se apresenta como um fenômeno impregnado de valores e sentidos dependentes do contexto sócio-cultural e histórico em que se manifesta. Além disso, o ato de morrer e a própria morte contêm uma dimensão simbólica, cujos significados estão relacionados a vários fatores, como os aspectos subjetivos e a história de vida de cada um.

Mesmo fazendo parte do cotidiano da vida das pessoas, a morte é vista como tabu, um evento assustador cercado por mistérios que geram dificuldades para sua aceitação e enfrentamento.

Kovács (1992) afirma que refletir e discutir a finitude humana pode vir a propiciar uma melhor elaboração e enfrentamento do processo do morrer e também a elaboração do luto. A morte mobiliza conteúdos internos, que na maioria das vezes são sentimentos desagradáveis como a angústia e a tristeza, que não se estando preparado para tal enfrentamento, poderá influenciar negativamente na qualidade de vida das pessoas.

A relevância deste estudo está na necessidade de discussão acerca da repercussão da morte na vivência humana, na busca de refletir sobre os significados e valores que são atribuídos ao processo da morte e do morrer no nosso cotidiano.

O problema para o qual buscamos respostas, portanto, nessa pesquisa, é: Como o homem se relaciona com a morte na contemporaneidade e quais as consequências para a subjetivação do sujeito?

Portanto, o objetivo desse trabalho é analisar a representabilidade da morte na atualidade e as formas históricas que o homem tem se utilizado para lidar com a questão da finitude.

METODOLOGIA

Este trabalho precede de pesquisas bibliográficas, numa perspectiva da Psicologia Social e Para tanto, foi realizado um levantamento da literatura científica acerca de publicações sobre a temática em livros e bases de dados, como Scielo e BVSPsi.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

José de Anchieta Correa (2008) enfatiza que a morte se faz presente ao longo das etapas da vida do homem de muitas e variadas maneiras, não só na velhice ou na doença. Segundo esse autor, a morte está por toda parte, faz-se presente

quando e onde menos é esperada, até nas festas e em momentos reservados à alegria, quando a vida se apresenta em toda a sua força e vigor. Com toda a propriedade, merece bem ser chamada a “indesejada das gentes”, como diz o poeta Manuel Bandeira.

A morte frequenta diariamente o noticiário das televisões, dos jornais, das rádios e outros meios de comunicação. Apresenta-se, por vezes, velada e discreta em ambientes familiares; outras vezes, expõe-se selvagem e brutalmente em cenários de fome, de guerras e crueldades sem nome. Também tanto pode ser vista na crueza e na indiferença de corpos mutilados no chão dos becos de vilas como se descobre, sem pudor, no asfalto das estradas nos feriados prolongados. Com coragem ou movidos pela curiosidade irrenunciável, confronta-se essa realidade que se apresenta como a mais radical e revestida da mais extrema alteridade. Não há mais como evitar o encontro com esse fato impensável, indizível. Só resta então perguntar: afinal, quem é essa “indesejável das gentes”?

Para Henrique (2010), a morte é compreendida de diferentes modos e sua a experiência se dá de forma individual e especial. Pessoas que se deparam com a perspectiva real da morte, em decorrência de doenças incuráveis ou que carregam seu risco no processo de tratamento, experimentam o confronto com a possibilidade de verem suas vidas se acabarem diante de um tempo cronológico e emocional, muitas vezes, sendo-lhes imposto contato com sofrimento físico e psíquico intenso.

A morte enquanto finitude pode ser vista como uma das fontes de mal estar e sofrimento humano, bem como a decrepitude do corpo alude a parcialidade da vida. Muitas são as tentativas que cercam o desejo de controlar esse momento incontrolável, contudo frente uma situação de morte iminente, não é raro se ver os sujeitos mortos antes mesmo de seus corpos morrerem, mortos subjetivamente.

Para compreender a relação do homem contemporâneo com a morte, é interessante recorrer aos aspectos históricos desse fenômeno, a fim de se poder realizar uma crítica e um olhar para as formas que o homem atual tem utilizado para lidar com essa questão tão importante para a constituição de sua subjetividade e da cultura do nosso tempo.

Giacóia Junior (2005), afirma que se identifica uma constante antropológica na interpretação cultural da morte na história dos povos. A morte não se refere apenas ao envelhecimento contínuo, à transitoriedade, ao declínio inexorável de

todas as forças vivas. Ela evoca também um outro mundo, aterrador, o mundo da confusão, o caos.

Assim compreendida, a morte é vista, antes de tudo, como travessia, o ultrapassar de fronteira, de modo que os cerimoniais fúnebres e as diferentes formas de edificações, inscrições funerárias, toda a ideologia presente nas representações pictóricas e esculturais da morte, mesmo que variando de acordo com a cultura, adotam a mesma função social de partes integrantes de rituais de passagem. Por meio delas, a pessoa morta é conduzida no cruzamento para o outro lado, para a outra margem da existência, marcando entre os vivos a presença de um vazio, plantando uma ausência na memória coletiva dos que ficaram ou dos que ainda estão por vir. As cerimônias fúnebres são, assim, o memorial de passagem dos que deixaram a vida e adquiriram um novo status social: o estatuto que pertence à condição de morto.

As formas simbólicas em que a morte se registra nos rituais e nos monumentos fúnebres permitem diferenciar as principais figuras históricas da morte, tendo o seu perfil traçado a partir de como as diferentes sociedades assimilaram a morte, dando a ela uma significação cultural, dando-lhe valores simbólicos que garantam o funcionamento e a reprodução da ordem social.

Deste modo, é fundamental observar que a maneira como uma determinada sociedade se posiciona perante a morte e os seus mortos desempenham um papel decisivo na constituição e na manutenção de sua própria identidade coletiva, na medida em que essa integração da morte e da relação com ela constitui um dos elementos mais relevantes para a formação de uma tradição cultural comum (GIACÓIA JUNIOR, 2005).

Giacóia Júnior (2005), afirma que é fato que a visão que se tem da morte hoje é produto da visão que as civilizações tiveram sobre ela ao longo do tempo. Ao tomar essa premissa como ponto de partida, tem-se o significado presente nos rituais de sepultamento dos corpos dos defuntos praticado pelas sociedades da antiga Mesopotâmia, considerada em muitos importantes sentidos o berço de nossa própria civilização. Os povos da Mesopotâmia tinham por costume enterrar os corpos dos mortos da maneira mais meticulosa, sendo o cadáver cuidadosamente acompanhado de todas as marcas mais características de sua identidade pessoal e familiar, como seus pertences, insígnias e objetos de uso, suas vestimentas, escravos e até mesmo de suas comidas prediletas. Cuidava-se, com zelo extremo,

para que nada faltasse na travessia, nada perturbasse, ou violasse o espaço sagrado do túmulo ou mausoléu, cujos registros continham informações do morto, sua linhagem ou família, assim como a seu status e importância social. Situados junto às cidades, os cemitérios a elas pertenciam de modo essencial, demarcando como que os limites em que o mundo dos vivos se comunicava com o espaço dos mortos, tendo nele suas raízes.

Exatamente no contrário disso consistia o ritual funerário dos antigos hindus: não o sepultamento, não a edificação de mausoléus ou pirâmides mortuárias, não a representação pictórica e escultural, mas a incineração crematória. O cadáver não era conservado com as marcas de sua identidade, personalidade e inserção social, mas completamente consumido pelo fogo, destruído até as cinzas, que eram lançadas ao vento, ou nas águas dos rios, sendo o morto despojado de todos os seus traços de identidade. A destruição do cadáver marcava a dissolução integral da existência terrena, a purgação de todos os seus pecados, sendo a vida individual, ela própria, significada como dilaceração da unidade, conflito, delito e transgressão, que deve ser expiada pela morte.

Para ilustrar, de modo eloquente a diversidade cultural na relação com a experiência da morte, seria oportuno evocar agora o sentido do ritual funerário e da cremação entre os antigos gregos. O mesmo gesto cultural – a incineração – com um sentido completamente distinto da cremação entre os hindus. No caso dos gregos, as cinzas não são lançadas ao anonimato dos ventos, mas cuidadosamente guardadas com memória dos mortos. Como os hindus, os antigos gregos cremavam os corpos dos mortos, como sacrifício expiação de tudo o que era mortal e perecível, para preparar a passagem dos mortos para uma outra condição de existência - a saber, a condição social de mortos.

No entanto, em sentido totalmente oposto ao dos brâmanes hindus, o sacrifício não tinha a intenção de apagar por completo os registros mundanos do falecido, de dissolver para sempre sua identidade, fundindo-a com o Absoluto, mas de determinar dois tipos, fundamentalmente diversos, de mortos: de um lado, a morte regular, uniforme e anônima, que acomete o comum dos mortais. Esses são os cadáveres cremados coletivamente e depositados em vala comum. De outro lado, são levados à pira crematória os corpos falecidos dos grandes heróis, na cerimônia da bela morte, a morte precoce no campo de batalha – aquela cuja marca distintiva está em ser a atestação mais efetiva da virtude e da excelência.

Essa morte torna distinta, torna aristocrático e, em sentido grego, verdadeiramente imortal o morto. É somente por ela – pela prova da virtude na morte – que um autêntico grego antigo se tornava um indivíduo, passava a ser alguém, cuja vida é digna de lembrança.

Analisando os tempos atuais, Carreira (1999) aponta o visível desinteresse da sociedade contemporânea por tudo o que diz respeito à morte, confirmando a tese de historiadores como Ariès (1990), sociólogos como Morin (1990) e psicanalistas como Mannoni (1995) de que, atualmente, instaurou-se o interdito da morte. No entanto, a História mostra que nem sempre foi assim. O historiador francês Philippe Ariès (1990) aponta que a atitude do homem diante da morte mudou muito ao longo dos séculos e que a forma como ela é hoje encarada é, na verdade, muito recente.

A percepção da morte depende, portanto, do tempo histórico e do contexto social e cultural em que se insere. Ainda segundo Ariès (1990), no início da Idade Média havia uma familiaridade com a morte, que a elevava ao estatuto de um acontecimento público. Ao pressenti-la, o moribundo se recolhia ao seu quarto, acompanhado por parentes, amigos e vizinhos. O doente cumpria um ritual: pedia perdão por suas culpas, legava seus bens e esperava a morte chegar. Não havia um caráter dramático ou gestos de emoção excessivos: o homem submetia-se na morte a uma das grandes leis da espécie e não pensava nem em se lhe esquivar nem em se exaltar. Aceitava-a simplesmente como justa, o que carecia de solenidade para marcar a importância das grades fases por que todas as vidas devem passar.

Carreira (1999) enfatiza que a prática de enterrar os mortos nos pátios das igrejas, que também eram palco de festas populares e feiras, era uma evidência de que mortos e vivos coexistiam no mesmo espaço. A proibição de jogos, danças e feiras nos cemitérios a partir de 1231 foi um indício de que começava a soar incômoda a proximidade entre mortos e vivos. As sepulturas, anônimas desde o século V, passaram a ser novamente identificadas por inscrições, efígies e retratos a partir do século XII, revelando a preocupação da época: era importante preservar a identidade mesmo após a morte.

A partir do século XVIII, Ariès (1990) relata que a morte tomou um sentido dramático, passando a ser encarada como uma transgressão, que roubava o homem de seu cotidiano e sua família. Inaugurava-se, assim, o culto aos cemitérios. O luto era exagerado: o personagem principal era então a família, e não mais o morto. Não se temia mais a própria morte, mas a do outro. A partir da segunda

metade do século XIX, a morte se transformou em tabu: os parentes do moribundo passaram a tentar poupá-lo, escondendo a gravidade do seu estado. No século XX, mais precisamente a partir dos anos 1930, a medicina mudou a representação social da morte: já não se morre em casa, entre parentes, mas no hospital, sozinho. Os avanços da ciência permitem prolongar a vida ou abreviá-la e os pacientes podem ser condenados à meses ou anos de vida vegetativa, ligados a tubos e aparelhos, como afirma Sampaio (apud CARREIRA, 1999).

Henrique (2010) afirma que depois da Primeira Guerra Mundial, a morte se desloca da casa, local que sempre de convívio com a pessoa enferma, onde estavam as suas ascendência, as suas lembranças, os seus familiares e os seus pertences, para um espaço de anonimato e obscuridade, para um ambiente frio, vazio e desconhecido, o quarto de hospital. A partir desse momento cada vez mais não se morre em casa, morre-se sozinho ou entre desconhecidos nos leitos de hospitais. Essa situação vai atingir até mesmo os mais pobres, que antes não tinham condições de ir a um hospital para tratar de suas doenças.

Elias (2001) ressalta que, diante das diversas maneiras de lidar com o fim da vida, a crença de que “os outros morrem, menos eu” seria uma forma de retração diante da finitude; retração ainda maior no século XX. Mesmo a morte sendo um fato diante da existência, o homem não deixa de indagar o sentido da mesma: o que pensa um homem que tem conhecimento do seu fim iminente? O que fazem as pessoas queridas deste moribundo nestes instantes finais? O amor e o aconchego das pessoas que lhe são caras amenizariam o peso da proximidade do fim? Tais questões colocam os vivos diante da fragilidade dos moribundos: para os vivos a morte é sempre um problema do outro.

Entretanto, Nobeit Elias (2001, p. 10) traz à tona o problema da morte e, muito claramente, salienta a quem o mesmo se destina:

A morte é um problema dos vivos. Os mortos não têm problemas. Entre as muitas criaturas que morrem na terra, a morte se constitui um problema só para os seres humanos. Embora compartilhem o nascimento, a doença, a juventude, a maturidade, a velhice e a morte com os animais, apenas eles, dentre todos os vivos, sabem que morrerão [...]

Ainda conforme Nobeit Elias (2001) afirma que a problemática em questão não é só a morte, mas, principalmente, o significado de *partida antecipada* que assume o envelhecimento nas sociedades industrializadas. De acordo com o autor de “A Solidão dos Moribundos”, a maneira mais antiga dos humanos enfrentarem o

fim da vida é evitando a ideia da morte, afastando e reprimindo tal pensamento ou incorporando a fé inabalável na imortalidade. Sob este ponto de vista, o velho, o moribundo representa uma clara evidência da finitude da vida, evento que os seres humanos modernos parecem não aceitar. O medo de morrer, o pavor do fim da vida é o sentimento que, fragilizando as pessoas, faz que com se estabeleça o afastamento dos velhos e moribundos separando as pessoas que envelhecem das outras.

Quando se busca o significado da experiência da morte na sociedade contemporânea uma das respostas plausíveis é que existe uma faceta sombria e degradante da condição humana. Se levarmos em consideração o parecer do filósofo alemão Schopenhauer (apud Giacoia Júnior, 2005), os animais só conhecem o presente, não tendo experiência das dimensões temporais do futuro e do passado.

Assim, o homem pode ser considerado o único animal metafísico e isso porque sua condição existencial lhe dá tal privilégio: é o único animal que sabe por antecipação da própria morte (MORIN, 1990).

Deste modo, ao contrário de todos os outros animais, o homem sofre para além do presente, nas dimensões do passado e do futuro, e se pergunta pelo sentido de sua vida - exatamente porque sua única certeza é a de estar destinado a morrer.

Diante da consciência de sua condição de ser finito, o homem moderno, na visão de Castells (1996), dicotomizou os fenômenos da morte e da vida. Mas esta operação não foi feita através de uma determinada filosofia ou religião, e sim pela via pelos meios tecnológicos da atualidade. Vida e morte, por muito tempo, caminharam juntas até que a ciência, especialmente a medicina, surpreendeu a todos com a ilusão de que a vida pode ser estendida indefinidamente, construindo a eternidade no tempo de nossa própria vida.

Elias (2001) destaca que, nas sociedades modernas, a morte é vista com um dos maiores perigos biopsicossociais na vida dos indivíduos. Nessas sociedades, a morte sempre aparece como uma violência e por isso vai sendo empurrada para os bastidores da vida social. Em outros momentos da civilização, como na Idade Média, pode-se perceber que a morte era muito menos oculta, mais presente e familiar, embora, não mais pacífica. O espetáculo da morte, inclusive, provocava sentimentos de prazer, alegria e catarse nos indivíduos, os quais eram sustentados pela

ausência de identificação entre aqueles que morriam e os que assistiam ou promoviam sua morte.

Elias (2001) afirma que a exclusão dos moribundos ocorre com maior incidência nas sociedades mais avançadas porque nessas sociedades existe um espaço de identificação social maior do que em outros tempos históricos. Isto quer dizer que somos, atualmente, muito mais sensíveis em relação ao sofrimento e ao espetáculo da morte do que os homens e mulheres que viveram na Antiguidade e na Idade Média. "Se compararmos aos da Antiguidade, nossa identificação com outras pessoas e nosso compartilhamento de seus sofrimentos e morte aumentaram (ELIAS, 2001, p.9)". Essa identificação acaba por instalar, nas pessoas, um sentimento de desconforto e constrangimento diante dos que envelhecem e morrem e, finalmente, provocar o rompimento dos laços afetivos do velho com as pessoas com as quais ele se relacionou, às vezes, por toda a vida.

Para Elias (2001), o afastamento dos velhos e moribundos do convívio social é o sinal mais evidente da não-identificação entre os jovens e os que estão envelhecendo e morrendo. Se essa não-identificação é apreendida, pode também ser alterada, o que coloca um papel fundamental para a educação das novas gerações. Atualmente, o pavor da morte e de tudo que lhe é associado é ensinado, muito cedo, às crianças: os pais e professores evitam falar da morte, de pessoas que morrem ou estão morrendo; as crianças, às vezes, são impedidas de verem pessoas mortas e de vivenciarem as emoções provocadas pela morte.

A possibilidade de transformar a relação dos jovens com os velhos e moribundos passa, necessariamente, pela superação do ocultamento da morte durante a infância e pela inserção da criança em relações afetuosas e de amizade com as pessoas que se encontram próximas do fim da vida.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história do homem com a morte é marcada por uma série de sentidos, desde a compreensão da morte enquanto uma passagem, como compreendiam os hindus, até uma atitude de recalçamento desse fenômeno, tal como apontam alguns pensadores da atualidade (MANNONI, 1995; ARIÈS, 1990; ELIAS, 2001).

No entanto, vale destacar que, no cenário contemporâneo, o homem tende a um distanciamento com a morte cada vez maior, seja por meio da tecnologia e do

desenvolvimento da ciência médica, que não permite o contato do homem com a morte do outro; seja por uma postura psicológica de negação da finitude, como, por exemplo, na medicalização do luto e na interdição da presença de crianças em situações que envolvam a morte de familiares.

A morte é um fenômeno indissociado da vida, é uma das características que nos define enquanto seres humanos. Nesse sentido, o homem contemporâneo não pode prescindir da sua presença e sua participação da vida, por mais que seja doloroso ter que se defrontar com a própria finitude, pois, caso contrário, estaríamos privando nossa subjetividade da potência da morte, que nada mais é do que potência da vida.

REFRÊNCIAS

ARIÈS, P. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.

CORREA, J. A. **Morte**. São Paulo: Globo, 2008.

CARREIRA, S. Entre o ver e o olhar: a recorrência de temas e imagens na obra de José Saramago. Atas do 6º Congresso da Associação Internacional de Lusitanistas, 1999. [HTTP://geocities.com/ail_br/entreovereoolhar.htm](http://geocities.com/ail_br/entreovereoolhar.htm). Acesso em: 24 jul. 2011.

CASTELLS, M. **The rise of the Network Society: the Information Age**. Vol. I. Oxford: Blackwell, 1996

ELIAS, N. **A solidão dos moribundos**: seguido de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

GIACOIA JUNIOR, O. A visão da morte ao longo do tempo. **Revista Medicina**. Ribeirão Preto, v. 38, n. 1, p. 13-19, 2005.

HENRIQUE, A. R. P. Morte e vida: experiências de formas singulares. Revista P@rtes (São Paulo). V.00. P.eletrônica. Julho de 2010. Disponível em <<http://www.partes.com.br/reflexao/morteevida.asp>>, acesso em: 24 jul. 2011.

KOVÁCS, M. J. **Morte e desenvolvimento humano**. São Paulo: Casa do psicólogo, 1992.

MANNONI, M. **O nomeável e o inominável – A última palavra da vida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1995.

MORIN, E. **O homem diante da morte**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1990.